CONCURSO PÚBLICO | EDITAL: 2026 | MANHÃ

ALAGOAS
GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS (SESAU/AL)

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:0800 722 1125
www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1 **Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados registrados acima estão corretos e devidamente transcritos na sua Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (caso se trate de caderno de provas reserva, confira apenas o nome do cargo).** Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.

2 Quando autorizado(a) pelo(a) chefe de sala/aplicador(a) de provas, escreva, no espaço apropriado da **Folha de Respostas**, com sua caligrafia usual, a frase constante do topo desta capa.

3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.

4 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.

5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.

6 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.

7 Não destaque nenhuma folha deste caderno de provas. Ao final das provas, o(a) chefe de sala recolherá sua **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e destacará seu cabeçalho, para fins de desidentificação.

8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS
-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB2A1-I

Lavrava então na cidade uma singular doença, que consistia em fazer inchar os narizes, tanto e tanto, que tomavam metade e mais da cara ao paciente, e não só a punham horrenda, senão que era molesto carregar tamanho peso. Conquanto os físicos da terra propusessem extrair os narizes inchados, para alívio e melhoria dos enfermos, nenhum destes consentia em prestar-se ao curativo, preferindo o excesso à lacuna, e tendo por mais aborrecível que nenhuma outra coisa a ausência daquele órgão. Neste apertado lance, mais de um recorria à morte voluntária, como um remédio, e a tristeza era muita em toda a cidade Fuchéu. Diogo Meireles, que desde algum tempo praticava a medicina, estudou a moléstia e reconheceu que não havia perigo em desnarigar os doentes, antes era vantajoso por lhes levar o mal, sem trazer fealdade, pois tanto valia um nariz disforme e pesado como nenhum; não alcançou, todavia, persuadir os infelizes ao sacrifício. Então ocorreu-lhe uma graciosa invenção. Assim foi que, reunindo muitos físicos, filósofos, bonzos, autoridades e povo, comunicou-lhes que tinha um segredo para eliminar o órgão; e esse segredo era nada menos que substituir o nariz achacado por um nariz são, mas de pura natureza metafísica, isto é, inacessível aos sentidos humanos, e contudo tão verdadeiro ou ainda mais do que o cortado; cura esta praticada por ele em várias partes, e muito aceita aos físicos de Malabar. A assembleia aclamou a Diogo Meireles; e os doentes começaram de buscá-lo, em tanta cópia, que ele não tinha mãos a medir. Diogo Meireles desnarigava-os com muitíssima arte; depois estendia delicadamente os dedos a uma caixa, onde fingia ter os narizes substitutos, colhia um e aplicava-o ao lugar vazio. Os enfermos, assim curados e supridos, olhavam uns para os outros, e não viam nada no lugar do órgão cortado; mas, certos e certíssimos de que ali estava o órgão substituto, e que este era inacessível aos sentidos humanos, não se davam por defraudados, e tornavam aos seus ofícios.

Machado de Assis. **O segredo do Bonzo**. In: **50 Contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, ,2007, p. 95.

Texto CB2A1-II

A "graciosa invenção" de Diogo Meireles, todavia, conquanto lhe proporcionasse reconhecimento tal como nas demais experiências pomadistas, teve como efeito a cura de uma moléstia que se abatia sobre os habitantes da cidade, causando-lhes deformidade e levando alguns ao suicídio. Fica clara, aqui, a distância entre a ética desse médico enganador de séculos atrás e a dos que estiveram à frente da gestão metafísica, no sentido machadiano, da grave crise de saúde pública que o Brasil atravessou no início da década de 2020. Substituam-se os desnarigados saudáveis de Meireles pelos que perderam a vida para o negacionismo científico, confiando em medicamentos ineficazes e em tratamentos precoces não autorizados pela ciência — às vezes mesmo recusando o uso de máscaras, ocultadoras e protetoras de narizes, expondo e metendo assim os narizes onde não deveriam — e temos uma boa noção do arco teleológico da ética da desinformação, que se revela nos múltiplos resultados que distintas práticas desinformacionais podem produzir.

O arco teleológico da ética da desinformação: dos pomadistas de Machado de Assis aos negacionistas da pandemia. In: **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 317-331, abr.-jun. 2022 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as construções linguísticas dos textos CB2A1-I e CB2A1-II, assim como as semelhanças e diferenças entre ambos, julgue os itens a seguir.

1 Na expressão "gestão metafísica" e no segmento "expondo e metendo assim os narizes onde não deveriam" (respectivamente, no segundo e no terceiro períodos do texto CB2A1-II), é possível reconhecer uma intenção crítica semelhante à que caracteriza todo o texto CB2A1-I.

2 No primeiro período do texto CB2A1-II, a oração "levando alguns ao suicídio" corresponde, no que se refere ao sentido, à oração "mais de um recorria à morte voluntária", no terceiro período do texto CB2A1-I.

3 No texto CB2A1-II, estabelece-se uma comparação de identidade entre a ação de Diogo Meireles e a dos gestores da crise pandêmica no Brasil ocorrida no início da década de 2020.

4 A forma verbal "Lavrava" (primeiro período do texto CB2A1-I) denota ação concluída no passado e poderia, sem prejuízo dos sentidos do texto, ser substituída por **Grassava**.

5 No trecho "preferindo o excesso à lacuna" (segundo período do texto CB2A1-I), o emprego do acento indicativo de crase se justifica pela função sintática de objeto indireto exercida pelo termo "lacuna", regido pela preposição "a", e pela determinação do termo "lacuna" por meio de artigo definido.

6 No quarto período do texto CB2A1-I, a oração "pois tanto valia um nariz disforme e pesado como nenhum" expressa uma conclusão, exprimindo como dedução lógica a vantagem de desnarigar os doentes, que ficariam curados e não se tornariam mais feios do que já estavam.

7 De acordo com as regras de colocação pronominal, é obrigatório o emprego da próclise tanto em "e não só a punham horrenda" (primeiro período do texto CB2A1-I) quanto em "não se davam por defraudados" (último período do texto CB2A1-I).

8 A oração "A assembleia aclamou a Diogo Meireles" (sétimo período do texto CB2A1-I) poderia ser reescrita, sem prejuízo da ortografia oficial, da seguinte forma: **A assembleia aclamou Diogo Meireles**.

9 No trecho "e os doentes começaram de buscá-lo, em tanta cópia, que ele não tinha mãos a medir" (sétimo período do texto CB2A1-I), o vocábulo "cópia" pode ser entendido como sinônimo de **quantidade**, interpretando-se o segmento da seguinte forma: os doentes começaram a procurá-lo em tal quantidade que ele não conseguia contá-los nos dedos das mãos.

10 No texto CB2A1-II, as aspas são empregadas em 'graciosa invenção' (primeiro período) com a intenção de se atribuir, por meio do adjetivo 'graciosa', uma dimensão irônica ao substantivo 'invenção'.

11 A expressão "médico enganador" (segundo período do texto CB2A1-II) qualifica de forma pertinente o personagem Diogo Meireles, mencionado no CB2A1-I.

12 Os textos CB2A1-I e CB2A1-II dialogam entre si tanto no aspecto semântico quanto no formal, pois compartilham a mesma finalidade textual: transmitir informações científicas ao leitor.

A doença estirava-se e eu sofria duplamente os efeitos dela. Parece que se aborreciam por meu organismo teimar em conservar-se achacado e mofino. De fato não havia medicação, mas punham-me às vezes nos olhos uma camada pegajosa de clara de ovo batida, imobilizavam-me na cama de lona. Isolavam o órgão deteriorado: a clara transformava-se numa espécie de resina, grudava as pestanas. Não me queixava nem gemia. Debaixo daquela máscara, as feridas resguardavam-se dos mosquitos, mas as dores eram atrozes, o calor imenso. Picadas multiplicavam-se: mãos invisíveis metiam-me pregos finos na cabeça. Tentava distrair-me ouvindo os sapos do açude da Penha. Os sapos só se explicavam de noite: durante o dia as vozes deles misturavam-se a outros rumores. Quando me permitiriam levantar-me, chegar ao lavatório de ferro, diluir a pasta seca pregada na minha cara? Lá iria capengando, tateando as paredes. Livre do terrível medicamento, voltaria à cama, o choro cairia manso. Na escuridão percebi o valor enorme das palavras.

Graciliano Ramos. **Infância**. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 140.

Julgue os itens seguintes, relativos aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente.

13 O narrador faz menção no texto à relação entre os sentidos humanos: na falta da visão, aguça-se o sentido da audição.

14 Os termos "achacado" e "mofino" (segundo período) qualificam a personalidade do narrador e estão em oposição a seu estado físico.

15 A linguagem empregada no texto, a exemplo do que se observa na oração "mãos invisíveis metiam-me pregos finos na cabeça" (sétimo período), é própria do gênero a que pertence o texto.

16 Em "Debaixo daquela máscara, as feridas resguardavam-se dos mosquitos, mas as dores eram atrozes" (sexto período) estabelece-se entre as orações uma contraposição de sentidos.

17 Por meio do emprego sequencial de verbos no futuro do pretérito — "permitiriam", "iria", "voltaria" e "cairia" —, respectivamente, no décimo, décimo primeiro e décimo segundo períodos, o narrador expressa seu devaneio acerca de ações que não poderiam ocorrer nas circunstâncias descritas.

Com base no disposto no Código de Ética Funcional do Servidor Público do Estado de Alagoas, julgue os itens a seguir.

18 A cominação aplicada em decorrência de violação das normas estipuladas no referido código de ética deve ser transcrita, em caráter definitivo, na ficha funcional do faltoso.

19 Considera-se dano moral o tratamento inadequado e hostil de servidor contra pessoa que paga, direta ou indiretamente, seus tributos.

20 As decisões da comissão de ética, após a análise de qualquer fato ou ato submetido à sua apreciação, deverão ser resumidas em ementas e divulgadas no próprio órgão ou entidade, com a omissão dos nomes dos interessados.

21 O exercício da função pública e a vida particular do servidor público não se integram, pois não há relação entre os atos praticados em sua vida privada e em sua vida funcional.

22 Considerado o dever de assiduidade, toda ausência do servidor público de seu local de trabalho é considerada fator de desmoralização, pois a lei garante ao servidor o direito de faltar ao trabalho sem justificar-se, até o máximo de 5 dias ao ano.

Julgue os itens que se seguem, em relação a cidadania, democracia, ética e moral.

23 A implementação da democracia participativa estimula a educação política do povo, a qual, por sua vez, pode ser compreendida como educação para cidadania ativa.

24 Sob a perspectiva conceitual e prática, a ética é entendida como o conjunto de costumes e regras concretas vividas por um grupo, ao passo que a moral é a disciplina e ciência filosófica que investiga e reflete sobre os sistemas morais.

25 A ética dos princípios se contrapõe à ética dos fins, estando esta relacionada à consecução dos objetivos almejados independentemente dos meios utilizados para tanto.

De acordo com a Constituição do Estado de Alagoas, julgue os itens a seguir.

26 Na estrutura administrativa do estado de Alagoas, as autarquias integram a administração pública direta, uma vez que atuam sob subordinação hierárquica direta aos órgãos setoriais desconcentrados.

27 Cabe ao estado de Alagoas promover ações que visem à redução dos riscos relacionados a doenças, assegurando acesso igualitário e universal aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, além do livre exercício dos direitos assistenciais correlatos.

28 Se um servidor público estadual integrar simultaneamente dois órgãos colegiados de deliberação coletiva, o que ele somente poderá fazer se houver compatibilidade de horário, ele deverá perceber remuneração por ambas as participações.

29 A eficiência e a economicidade são princípios expressos da administração pública estadual e municipal previstos na Constituição do Estado de Alagoas.

30 Se um servidor público civil do estado de Alagoas tornar-se permanentemente incapaz para o trabalho em razão de doença grave, contagiosa e incurável, sua aposentadoria por invalidez será concedida com proventos integrais, e não proporcionais ao tempo de serviço.

31 A universalidade do financiamento é um dos princípios que deve nortear a lei organizadora da seguridade social no estado de Alagoas, com o objetivo de garantir que toda a população tenha acesso aos benefícios, independentemente da origem dos recursos de custeio.

32 Servidora efetiva estadual que, nomeada em virtude de aprovação em concurso público, adquirir estabilidade após dois anos de efetivo exercício somente poderá perder o cargo mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Julgue os próximos itens com base na Lei estadual n.º 5.247/1991, que institui o regime jurídico único dos servidores públicos civis do estado de Alagoas, das autarquias e das fundações públicas estaduais.

33 A readaptação do servidor estadual é a investidura em cargo de atribuições compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, apurada em inspeção médico-oficial.

34 É vedado ao servidor público estadual figurar como acionista cotista de sociedade privada, ainda que não exerça qualquer função de gerência ou administração nessa empresa.

35 Técnicos e auxiliares de enfermagem que atuem habitualmente em contato permanente com material biológico ou com substâncias tóxicas ou radioativas, no âmbito da administração pública estadual de Alagoas, têm direito a um adicional em razão dessa exposição.

36 Se um servidor público civil estadual necessitar se afastar do trabalho para cuidar de sua mãe, a ele poderá ser concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, por até 90 dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante parecer de junta médica, e, excedendo-se estes prazos, a licença será concedida sem remuneração.

37 Se um servidor público estadual acumular ilicitamente dois cargos públicos, ele perderá automaticamente ambos os cargos.

Considerando o disposto na Resolução n.º 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, julgue os itens subsequentes.

38 As vagas para conselheiros nos conselhos de saúde devem ser distribuídas de forma paritária: 25% a entidades e movimentos representativos de usuários; 25% a entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde; 25% à representação de governo e 25% à representação dos prestadores de serviços privados ou conveniados, sem fins lucrativos.

39 Entre as competências dos conselhos de saúde estão o estabelecimento de estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, a definição de diretrizes para a elaboração dos planos de saúde, sua revisão periódica e a deliberação sobre a aprovação ou não do relatório de gestão.

40 Como subsistema da seguridade social, os conselhos de saúde atuam na elaboração de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive no que diz respeito a seus aspectos econômicos e financeiros.

41 Os conselhos de saúde são instâncias colegiadas consultivas do SUS em cada esfera de governo e compõem a estrutura administrativa do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

No que se refere aos determinantes sociais de saúde (DSS), julgue os itens seguintes.

42 Os DSS estão associados ao conceito de igualdade, que não tem relação direta nem com a concepção de equidade nem com a de justiça social, mas com a melhoria dos serviços de saúde.

43 O conceito de DSS está relacionado a acontecimentos, fatos, situações e comportamentos da vida econômica, social, ambiental, entre outras instâncias, que influenciam positivamente ou negativamente a saúde de indivíduos, segmentos sociais e coletividades.

Com base na Lei n.º 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, julgue os seguintes itens.

44 Inclui-se no campo de atuação do SUS a execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica; de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica; e de saúde bucal.

45 Entre os princípios a que as ações e serviços que integram o SUS devem obedecer incluem-se: o direito à informação às pessoas assistidas; a divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário e o uso da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

Julgue os próximos itens, com fundamento no Decreto Presidencial n.º 7.508/2011, que regulamenta a Lei n.º 8.080/1990.

46 Consideram-se portas de entrada os serviços de atendimento inicial à saúde do usuário no SUS.

47 O mapa da saúde consiste na apresentação geográfica da distribuição de recursos humanos, financeiros e de serviços de saúde ofertados exclusivamente pelo SUS, observados os investimentos previstos no plano de saúde e a capacidade instalada.

No que diz respeito às diretrizes que orientam os serviços de saúde de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, bem como aos sistemas de informação em saúde (SIS) do SUS, que reúnem dados essenciais para a vigilância, assistência e gestão sanitária, julgue os itens subsecutivos.

48 São diretrizes constitucionais para os serviços de saúde: o atendimento integral, com prioridade para as atividades assistenciais, sem prejuízo das preventivas; descentralização com direção única em cada esfera de governo; e participação dos usuários.

49 O sistema de informações de agravos de notificação (SINAN) é alimentado pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam na lista nacional de doenças de notificação compulsória, sendo facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes nas respectivas regiões.

50 O sistema de informação sobre nascidos vivos (SINASC), que reúne informações epidemiológicas referentes aos nascimentos informados em todo território nacional, visa subsidiar as intervenções relacionadas à saúde da mulher e da criança para todos os níveis do SUS.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito dos requisitos e do sigilo profissional para o exercício da profissão de assistente social em todo o território nacional, julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 8.662/1993.

51 O profissional diplomado em curso de nível superior em serviço social por instituição de ensino credenciada está autorizado a exercer a profissão independentemente de registro no conselho regional de serviço social (CRESS) sob cuja jurisdição exerça sua atividade.

52 O assistente social é, em regra, obrigado a prestar depoimento, como testemunha, sobre fatos dos quais tenha tomado conhecimento no exercício do seu trabalho, mesmo que isso implique a quebra do sigilo profissional.

53 Para o pleno exercício da profissão de assistente social, exige-se a posse de diploma de graduação em serviço social, oficialmente reconhecido, expedido por instituição de ensino superior existente no Brasil e devidamente credenciada.

54 O sigilo profissional constitui tanto um direito quanto um dever do assistente social no exercício de suas funções em todo o território nacional.

55 É dispensada aos diplomados em serviço social por instituições de ensino estrangeiras a inscrição em conselho regional de serviço social (CRESS), bastando que seus diplomas sejam revalidados na forma da lei para que exerçam a profissão de assistente social.

Considerando as atribuições privativas do assistente social estabelecidas na Lei n.º 8.662/1993, julgue os itens que se seguem.

56 A docência de disciplinas de formação profissional específica do serviço social em cursos de graduação e pós-graduação é uma atividade compartilhada com profissionais de outras formações acadêmicas além do serviço social, não constituindo, portanto, atribuição privativa do assistente social.

57 É atribuição privativa do assistente social coordenar atividades acadêmico-profissionais em matéria do serviço social, como seminários, encontros, congressos e eventos correlatos.

58 Constitui atribuição privativa do assistente social elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social.

59 A fiscalização do exercício profissional do assistente social pode ser delegada a profissionais de áreas de formação de nível superior distintas do serviço social.

60 É atribuição privativa do assistente social realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres em matéria de serviço social.

61 É atribuição privativa do assistente social realizar treinamento, avaliação e supervisão indireta de estagiários de serviço social.

Com base na Resolução CFESS n.º 1.098/2025, que dispõe sobre os procedimentos para salvaguarda de documentos técnicos e sigilosos do serviço social, julgue os seguintes itens.

62 Em se tratando de documentos digitais de caráter sigiloso produzidos ou recebidos em sistemas informatizados, a indicação de seu caráter sigiloso pelo assistente social é obrigatória, independentemente das especificidades técnicas ou limitações do sistema utilizado.

63 Consideram-se de acesso restrito por prazo determinado todos os documentos e informações técnicas cuja divulgação ou cujo acesso irrestrito possa expor as pessoas atendidas em situações de vulnerabilidade ou possa comprometer direitos de intimidade, saúde, segurança e trabalho do usuário.

64 Em caso de vacância ou exoneração do cargo, o assistente social que estiver deixando a instituição fica autorizado a levar consigo cópias arquivais da documentação técnica e sigilosa por ele produzida, visando resguardar-se juridicamente de futuros questionamentos ético-profissionais.

65 A responsabilidade pela manutenção da segurança da informação referente aos documentos digitais produzidos no exercício profissional é exclusiva do assistente social, cabendo à instituição contratante de seus serviços o fornecimento da infraestrutura tecnológica básica.

De acordo com o Código de Ética do(a) Assistente Social, julgue os itens a seguir.

66 Em decorrência de infração ao referido código de ética, poderá ser aplicada ao assistente social a pena de suspensão, por até um ano, do exercício profissional, interdição cuja abrangência territorial, diferentemente do que ocorre na pena de cassação, contempla apenas a unidade da Federação associada ao CRESS do infrator.

67 Um dos princípios fundamentais do referido código de ética é a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.

68 É vedado ao assistente social intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por profissional, sendo essa vedação excetuada somente em caso de trabalho multiprofissional cuja metodologia inclua a referida intervenção.

69 É dever do assistente social garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas pelo usuário, respeitando democraticamente as decisões destes, mesmo que sejam contrárias aos valores dos profissionais.

70 O sigilo profissional protege o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, somente sendo admitida a quebra do sigilo em caso de fato delituoso que possa trazer prejuízo aos interesses do usuário ou da coletividade.

A produção de documentos e a formulação de opinião técnica por profissionais de serviço social está presente no exercício do trabalho de assistentes sociais, desde o início da profissão, em praticamente todos os espaços sócio-ocupacionais. Acerca dos diversos tipos de registros nesse exercício profissional, julgue os itens a seguir.

71 O parecer social é elaborado com a finalidade de responder a uma solicitação institucional, administrativa ou judicial, manifestando posicionamento técnico que apoie a tomada de decisão sobre determinada demanda.

72 A perícia social equipara-se, juridicamente, à prova pericial, por isso, em sua elaboração, compete ao assistente social a responsabilidade pelo estabelecimento da verdade jurídica dos fatos com vistas a responsabilização e(ou) aplicação de sanção.

73 A realização de estudo social em serviço social abrange as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

74 Laudo social é um instrumental cujo propósito é produzir, com profundidade e de modo crítico, conhecimento acerca de uma situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional, principalmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais.

75 Ao realizar o estudo social, o assistente social desenvolve um processo de conhecimento da realidade vivida por sujeitos históricos que vivenciam situações concretamente manifestas e socialmente construídas, determinadas por várias dimensões que compõem a vida e as relações sociais.

Julgue os itens seguintes, relativos às visitas domiciliar e institucional e à entrevista no serviço social.

76 Quanto ao formato e grau de estruturação, a entrevista classifica-se nos seguintes tipos: individual, em grupo, comportamental, semiestruturada, estruturada e analítica.

77 Por possibilitar melhor percepção da situação de moradia e das relações familiares dos usuários do serviço social, a visita domiciliar é considerada principalmente meio de verificação e fiscalização dos dados fornecidos pelos usuários.

78 A entrevista, uma das ferramentas mais importantes no cotidiano de trabalho do assistente social, consiste em uma escuta qualificada que permite ao assistente social conhecer a realidade do usuário, obter informações, identificar demandas e estabelecer vínculo com o usuário.

79 A visita institucional permite ao assistente social conhecer as instituições, os programas e os projetos que integram a rede de assistência e, futuramente, informar a população usuária a respeito deles.

80 O planejamento, primeira etapa da entrevista, é fundamental para que a entrevista tenha intencionalidade e seja bem-sucedida no que diz respeito ao recolhimento de informações pertinentes.

Julgue os próximos itens, referentes à concepção e à operacionalização de planos, programas e projetos.

81 O programa é a unidade mais ampla do planejamento e um instrumento normativo-político no qual são apresentados diretrizes, estratégias, orçamento e responsabilidades.

82 O projeto é a menor e mais operativa unidade do processo de planejamento, revelando o conteúdo das ações por meio da descrição das atividades, dos prazos e dos recursos humanos e financeiros utilizados.

83 O plano é o instrumento técnico-administrativo da execução, contendo a descrição detalhada das atividades, dos prazos, dos recursos humanos e materiais empregados e das formas de avaliação.

Considerando concepções e debates sobre instrumentos e técnicas no serviço social, julgue os itens a seguir.

84 O arsenal operativo da profissão de assistente social é inseparável das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

85 Na intervenção profissional, o assistente social deve considerar a centralidade da finalidade, e não do instrumental em si, pois é a intencionalidade que define a utilização dos instrumentais.

86 Como o serviço social é uma profissão essencialmente analítica, é necessário aprimorar um conjunto de instrumentos técnico-operativos capazes de dar conta do processo de articulação da prática profissional com a racionalidade crítico-dialética.

A respeito da formulação de projeto de intervenção profissional, bem como da atuação do assistente social em equipe multiprofissional e interdisciplinar, julgue os itens que se seguem.

87 Ao expor o projeto de trabalho, delimitando sua área de saber, seu conhecimento sobre a realidade institucional, seus limites e possibilidades de atuação, o assistente social indica importantes parâmetros da relação profissional em sua atuação em equipes multiprofissionais e interdisciplinares.

88 A formulação de projeto de intervenção profissional prescinde da realização prévia de diagnóstico, pois o mais importante é que o profissional seja capaz de identificar na instituição as possibilidades favoráveis de apropriação do conhecimento e de sua transformação em projetos de trabalho.

89 O projeto de intervenção profissional é um instrumento técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político que orienta a ação do assistente social para modificar uma realidade concreta a partir de demandas institucionais e dos usuários.

90 Geralmente, o projeto de intervenção profissional contém, entre outros elementos: identificação, apresentação da instituição, justificativa, objetivos geral e específicos, população-alvo, metodologia, descrição das atividades a serem executadas, cronograma, recursos, orçamento e proposta de avaliação.

Julgue os próximos itens, relativos à política social, seus fundamentos, sua história e políticas a ela relacionadas.

91 O Estado de bem-estar social no Brasil e na América Latina converge com o de moldes europeus.

92 Há dissonância entre o modelo constitucional estabelecido no Brasil em 1988 e as diretrizes neoliberais, segundo as quais a proteção social é um ato benevolente do Estado e repercute na seguridade social, passível de reformas com redução de gastos.

93 No escopo da política social, estão incluídas a garantia da oferta de bens e serviços, as transferências de renda e a regulação de elementos do mercado em correlação com o arcabouço de programas e ações implementados pelo Estado.

94 O envelhecimento populacional está em meio às novas pautas para a seguridade social, no que se refere ao reexame do modelo de previdência social para o século XXI.

Acerca da questão social e de direitos de cidadania, julgue os itens subsequentes.

95 A denominada luta antirracista é uma das formas de enfrentamento da questão social em prol dos direitos de cidadania.

96 No âmbito da relação antagônica entre capital e trabalho, mediada pela luta de classes, um caso de costureiras imigrantes em oficinas clandestinas, com jornada laboral, em média, de 14 horas por dia, emerge como uma das expressões da questão social.

97 O assistente social que atua em instituição pública escolar com registros, por exemplo, de casos de violência e evasão, torna-se um agente direcionador neutro dessas expressões da questão social, uma vez que as requisições concretas requerem intervenções que são privativas dos agentes administrativos.

A respeito das políticas de saúde, de assistência social e de previdência social, julgue os itens a seguir, com base em suas respectivas legislações.

98 No âmbito do SUAS, a proteção social básica e a especial, são disponibilizadas prioritariamente pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), respectivamente.

99 No Brasil, uma pessoa física na condição de pescador artesanal que resida, individualmente, em um imóvel rural pode pleitear sua elegibilidade como segurado social da previdência social.

100 O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, como gestão centralizada, hierarquizada e regionalizada, preconiza como dever o uso de abordagem em saúde que englobe as particularidades da cultura dos povos indígenas e seus determinantes oriundos da realidade local.

Julgue os seguintes itens, relativos a políticas sociais setoriais, bem como a políticas e programas sociais dirigidos a diferentes segmentos, de acordo com suas respectivas legislações.

101 De acordo com os programas voltados à saúde de pessoas vulneráveis ao HIV, a profilaxia pré-exposição (PREP), seja a diária, seja sob demanda, é um dos meios de prevenir o vírus.

102 Uma das estratégias de cuidado e atenção primária à saúde das pessoas em situação de rua ou em outras situações de vulnerabilidade é o denominado Consultório na Rua, espaço privativo nas unidades básicas de saúde destinado a garantir os serviços de saúde e higiene a esse público.

103 O PROUNI é um dos mecanismos de democratização do acesso à educação superior brasileira, cujo objetivo é fomentar a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico.

104 A Política Nacional do Meio Ambiente visa à implementação de pesquisas e de tecnologias nacionais mediadas para o manuseio indiscriminado de recursos ambientais e atendimento de princípios e diretrizes de qualidade ambiental.

105 A política urbana tem por finalidade ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, constando entre suas diretrizes a ordenação e o controle do uso do solo, para coibir a poluição e a degradação ambiental.

106 As iniciativas de habilitação e reabilitação com ênfase na autonomia e inclusão social fazem parte das finalidades da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD).

Julgue os itens que se seguem, relativos ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), às concepções e modalidades de família, bem como a estratégias de atendimento e acompanhamento da criança e do adolescente.

107 O ECA prevê o uso de castigo físico apenas em casos excepcionais, a exemplo das condutas adolescentes que conflitem gravemente com a lei, e desde que o castigo seja aplicado por um membro da família ou por agentes públicos com a atribuição de aplicar medidas socioeducativas.

108 No âmbito da política de assistência social, o trabalho social com as famílias abrange o fortalecimento de laços, o estímulo à autonomia e o reconhecimento da dignidade, e, quando a abordagem é territorializada e humanizada, esse trabalho é significativamente potencializado.

109 De acordo com o previsto no ECA, a atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal.

110 As diferentes concepções de família — sustentadas por laços afetivos e pelo cuidado mútuo entre seus membros — são validadas no âmbito do SUAS.

Com base no disposto na Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8.080/1990), julgue os itens a seguir.

111 Toda mulher tem o direito de ser acompanhada por pessoa maior de idade em consultas, exames e procedimentos na rede pública e privada de saúde, ficando o início das condutas assistenciais, em quadros de urgência e emergência, condicionado à presença do acompanhante designado por ela.

112 Telessaúde é a modalidade de prestação de serviços de saúde a distância, por intermédio de tecnologias da informação e da comunicação, que envolve a transmissão segura de dados e informações de saúde por meio de textos, sons, imagens ou outras formas adequadas.

113 Em regra, são vedados, em todas as esferas de gestão do SUS, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento nacional ou importado sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

114 O paciente que concorda em fazer o atendimento inicial por telessaúde renuncia ao direito de solicitar a mudança para atendimento presencial.

115 A modalidade de telessaúde destina-se precipuamente aos serviços oferecidos por médicos e enfermeiros, podendo ser ampliada para os serviços prestados por outros profissionais de saúde somente mediante autorização do Ministério da Saúde.

Espaço livre

Julgue os próximos itens, à luz do disposto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8.742/1993) e na Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei n.º 8.212/1991).

116 A participação da comunidade abrange a gestão, a fiscalização e o acompanhamento das ações e dos serviços promovidos pela rede pública de saúde.

117 Os benefícios da previdência social que substituem o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado podem ter valor de renda mensal inferior ao salário mínimo, se associados à previdência complementar.

118 As instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, compreendem o Conselho Nacional de Assistência Social, os conselhos estaduais de assistência social, o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e os conselhos municipais de assistência social.

119 A garantia da dispensação de medicamentos a indivíduos em situação de vulnerabilidade social condiciona-se à prévia comprovação de domicílio ou de inscrição no cadastro do SUS.

120 A vigilância socioassistencial é centrada no acompanhamento da execução orçamentária dos programas de transferência de renda, cabendo especificamente às ações de proteção social a análise da capacidade protetiva das famílias no âmbito territorial.

Espaço livre